

Educação de Jovens e Adultos (EJA): Necessidades, Interesses e Desafios na Busca por uma Educação Inclusiva e de Qualidade

Education of Youth and Adults (EJA): Needs, Interests, and Challenges in the Pursuit of Inclusive and Quality Education.

Cleonice Ivanildes Rocha ¹

338

Resumo: Este artigo é baseado em uma pesquisa qualitativa de revisão bibliográfica que utilizou as contribuições teóricas de Di Pierro (2001) e as obras de Freire (1987, 1996, 2000). Seu objetivo é apresentar informações relevantes sobre a educação de jovens e adultos (EJA), o direito à educação básica e o acesso prolongado a essa modalidade educacional. O estudo destaca as necessidades e os diferentes interesses dos alunos da EJA, que requerem abordagens educacionais diferenciadas, incluindo a busca por melhores oportunidades de emprego e expectativas em relação à contribuição da escola para sua integração no mundo do trabalho. Além disso, ressalta a responsabilidade da sociedade como um todo, incluindo o Estado, em promover uma educação de qualidade que prepare adequadamente os alunos para o futuro.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos, Formação, Trabalho, Políticas públicas.

Abstract: This article is based on a qualitative research with a literature review that utilized the theoretical contributions of Di Pierro (2001) and the works of Freire (1987, 1996, 2000). Its objective is to present relevant information about Adult and Youth Education (AYE), the right to basic education, and the prolonged access to this educational modality. The study highlights the needs and different interests of AYE students, which require differentiated educational approaches, including the pursuit of better job opportunities and expectations regarding the school's contribution to their integration into the workforce. Additionally, it emphasizes the responsibility of society as a whole, including the State, in promoting quality education that adequately prepares students for the future.

¹ Mestranda em Educação pela UNIVERSIDAD DEL SOL – UNADES; Especialização Profissional Integrada Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos do Instituto Federal Goiano-Campos Rio Verde. Especialização em Psicopedagogia. Faculdade Montes Belos, FMB, Brasil. Especialização em Especialização em Gestão da Educação Pública. Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF, Brasil. Especialização em Desenvolvimento Regional e Planejamento Turístico. Universidade Estadual de Goiás - Iporá, UEG, Brasil. Graduação em História pela Universidade Estadual de Goiás- Iporá, UEG, Brasil. E-mail: cleo_rocha22@yahoo.com.br

Recebido em 01/06/2023

Aprovado em 29/06/2023

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



Keywords: Adult and Youth Education, Formation, Work, Public policies.

1 INTRODUÇÃO

A educação de adolescentes e adultos vai além das simples práticas escolares e oferece múltiplas oportunidades ao perceber sua enorme contribuição para a democratização do conhecimento. Quando pensamos em educação de jovens e adultos, pensamos em escolas de três maneiras. Primeiro, o objetivo da escola é instruí-los e qualificá-los para o ingresso no mercado de trabalho; segundo, a escola oferece oportunidades recreativas e sociais para esses jovens que foram excluídos no passado; O nível de vida, o futuro e os projetos completos de cidadania está melhorando constantemente. (CANDAU, 2013)

Nessa perspectiva, a EJA torna-se muito importante para os clientes escolares que estão "fora do sistema regular de ensino", ou que estão excluídos do sistema devido a problemas próprios ou outros problemas sociais importantes.

Esse modelo de ensino é marcado por uma série de eventos e ações que o fortaleceram no ensino fundamental nas últimas décadas. Entre outras coisas, a padronização que pode ser demonstrada pela LDBEN (nº 9.394/96) destaca sua atenção ao cotidiano da escola, o que garante seu alcance àqueles que não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos anteriores.

Abordar as questões enfrentadas pelos alunos da EJA e pelas instituições com as quais trabalham certamente auxilia na busca de soluções e na reflexão sobre sua situação atual e práticas pedagógicas.

Assim, embora não esgote os temas aqui explorados, não perdeu sua relevância, pois são reflexões condizentes com as realidades e necessidades dos alunos dessa modalidade de ensino.

Para realizar este artigo, foi adotada uma abordagem metodológica de pesquisa qualitativa de revisão bibliográfica. A revisão bibliográfica consistiu na seleção e análise crítica de estudos, artigos científicos, livros e documentos relevantes sobre o tema da educação de jovens e adultos (EJA), direito à educação básica e acesso prolongado a essa modalidade educacional. A pesquisa se baseou nas contribuições teóricas de Di Pierro (2001) e nas obras de Freire (1987, 1996, 2000) como principais referências para embasar a discussão.

Para encontrar as fontes bibliográficas, foram consultadas bases de dados acadêmicas, como a Scopus, Web of Science e Google Scholar, além de acervos digitais de instituições de

pesquisa e periódicos científicos especializados na área da educação. A seleção dos materiais seguiu critérios de relevância, atualidade e coerência com os objetivos do estudo. A análise dos dados foi realizada de forma sistemática e crítica, identificando conceitos-chave, tendências, lacunas de conhecimento e perspectivas teóricas divergentes. A partir dessa análise, foi elaborada a estrutura do artigo, destacando as informações relevantes sobre a EJA, o direito à educação básica, as necessidades dos alunos e as políticas públicas relacionadas.

Por fim, é importante ressaltar que este estudo se baseia na pesquisa qualitativa de revisão bibliográfica e não envolve coleta de dados primários. A utilização de fontes bibliográficas confiáveis e a análise crítica da literatura foram fundamentais para embasar as informações apresentadas no artigo (GONÇALVES, 2007).

2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Pode-se falar da história da educação de jovens e adultos no Brasil por meio de várias filosofias pedagógicas e políticas públicas que, ao longo do tempo, aplicaram esse compromisso na prática pedagógica, notadamente diversas abordagens pedagógicas para atingir efetivamente esse público.

Acreditamos na importância da educação de adolescentes e adultos, não apenas uma questão de leitura e escrita, ela é importante para o desenvolvimento cognitivo dos sujeitos envolvidos, ampliando a forma de olhar o mundo de forma crítica e assim poder se expressar de acordo com suas próprias perspectivas de circunstâncias e contribuir para uma sociedade mais igualitária.

Não podemos pensar a EJA desvinculada da história da educação mundial e da passagem do tempo, pois a educação/formação de adultos não é só do presente. Essa tradição existe desde a sociedade grega. Ao lidar com a noção de aprendizagem ao longo da vida, fortemente presente na educação contemporânea, é preciso resgatar essa noção, que se enraíza em dois outros paradigmas clássicos. A educação é uma palavra ampla que guarda o perpétuo e árduo exercício da mudança, da transformação, ajudando a resolver conflitos e problemas, fazendo as pessoas pensarem sobre si mesmas e sobre o mundo (FREIRE, 1987).

O marco para a criação do modelo de educação de jovens e adultos na sociedade brasileira visa erradicar o analfabetismo de milhões de cidadãos, buscando a escolarização de jovens e adultos distorcidos por idade/série e que, portanto, não concluem o ensino fundamental

e médio. Este campo da educação é afetado por problemas e medidas internacionais que foram objetivadas ao longo dos anos.

A Constituição Federal estabelece que a educação é direito de todos e tem por objetivo o pleno desenvolvimento do ser humano. Se isso é um direito de todos, crianças, adolescentes e adultos estão incluídos.

A matrícula e permanência escolar de jovens e adultos sempre foi relegada a segundo plano ao longo da história da educação brasileira. Sobre a Educação de Jovens e Adultos (SILVA, 2001, p. 14) diz:

É considerada uma das áreas mais carentes do sistema educacional brasileiro e pode ser entendida como uma área marginalizada, sempre mantida em segundo plano, do ponto de vista do desenvolvimento de políticas e da reflexão pedagógica. Na última década, essa realidade vem se modificando, e a EJA tem crescido em importância.

É neste cenário que surge a EJA, para sanar parte da dívida registrada na vida de muitos de nós ao longo da história, para garantir educação de qualidade e direitos iguais para todos, buscando salvar, assim, o sistema educacional que está ficando para trás.

O artigo 37 da LDB estabelece que “a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não puderem obter ou continuar os ensinamentos fundamental e médio em idade adequada” (BRASIL, 1988).

O artigo 37 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabelece uma importante diretriz para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil. De acordo com esse artigo, a EJA é destinada às pessoas que não tiveram a oportunidade de obter ou dar continuidade aos estudos no ensino fundamental e médio na idade apropriada. Essa disposição legal reflete a preocupação do Estado em garantir o direito à educação para todos, independentemente da idade ou do momento em que se encontram no percurso educacional. Reconhece-se que, devido a diferentes circunstâncias da vida, como trabalho, responsabilidades familiares ou falta de acesso à escola, algumas pessoas não puderam concluir sua formação escolar no tempo considerado "adequado".

Ao destacar a necessidade de oferecer oportunidades educacionais a esse grupo específico de indivíduos, o artigo 37 da LDB reconhece a importância de proporcionar condições para que essas pessoas possam se (re) inserir no ambiente educacional e adquirir os conhecimentos e habilidades necessários para sua plena participação na sociedade.

No entanto, é importante ressaltar que a EJA não deve ser vista apenas como uma forma de suprir lacunas educacionais passadas. Ela também desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão social, no desenvolvimento de competências e na ampliação das oportunidades de emprego e cidadania para os jovens e adultos que optam por essa modalidade de ensino. Portanto, o artigo 37 da LDB estabelece um marco legal que respalda a importância da Educação de Jovens e Adultos, reconhecendo sua relevância na garantia do direito à educação ao longo da vida e no combate às desigualdades educacionais.

Como o público que atende é "diferente" dos demais alunos do ensino fundamental em suas necessidades, interesses e circunstâncias em que vive e trabalha, é preciso criar condições de oportunidade de aprendizado, permanência e continuidade para esses alunos. As diferenças culturais na capacidade e desempenho intelectual dos jovens (principalmente adultos) não os percebem como recebendo os mesmos métodos e programas educacionais que outros alunos da mesma idade/série média. Segundo Oliveira (1999, p. 54) "Os adultos se integram ao mundo do trabalho e das relações de forma diferente das crianças e adolescentes". Ele carrega uma história mais longa (e potencialmente mais complexa) de experiências, conhecimentos acumulados e reflexões sobre o mundo exterior, sobre si e sobre os outros.

Portanto, a educação básica de jovens e adultos deve ser propícia para oportunizar a integração dessa educação em suas realidades e necessidades, principalmente no que diz respeito ao trabalho, buscando formas diferenciadas de ação educativa dos professores e aprendizagem dos alunos estudante.

A esse respeito, Di Pierro (2001, p. 16), disse:

...a experiência internacional sugere flexibilizar currículos, meios e formas de atendimento, integrando as dimensões da educação geral e profissional, reconhecendo os processos informais e formais de aprendizagem, combinando o ensino presencial e a distância para que os indivíduos possam adquirir novos estudos e a respectiva certificação.

Diante dessa necessidade diferenciada, vem à tona o enorme interesse "imediate" dos alunos em encontrar melhores oportunidades de emprego e a expectativa de quanto a escola vai contribuir e até mesmo abrir as portas para o mercado de trabalho.

O emprego é um motivador para continuar estudando e um motivador para abandonar a escola, pois as demandas e circunstâncias de certos empregos obrigam os alunos a optar por parar de estudar para trabalhar para atender às suas necessidades básicas.

Embora as motivações para jovens e adultos frequentarem programas de formação sejam variadas e não necessariamente benéficas, a ascensão profissional e de carreira é o motivo que a maioria dos alunos declara. Há muito tempo, mas continua a ser um fator importante nesta construção, especialmente nas classes sociais onde o trabalho é a única fonte de subsistência. Os meios de subsistência... (DI PIERO, 2001 p. 72)

Nesse contexto, o papel da escola se amplia e assume a responsabilidade da educação global. Falar de formação de alunos nesse nível é falar do papel da educação no desenvolvimento integral do aluno, onde não é mais possível transferir conhecimentos acumulados e desenvolver um intelectual ou força de trabalho, sendo necessário ir além essa dualidade histórica da educação brasileira.

Em pleno desenvolvimento, é preciso clarificar conceitos como mercados de trabalho, espaços limitados e exclusivos e mundo do trabalho, onde exista ação cívica e as pessoas tenham maior autonomia e participação efetiva na geração de empregos.

O trabalho tem papel fundamental na vida dos alunos da EJA, mas a escola não pode mais ser construída somente sobre esse alicerce, não pode mais ter a função de meramente preparar para o mercado de trabalho, pois isso só levará à alienação dos trabalhadores, que é diferente dos papéis invertidos. Sobre este ponto Silva (2004, p. 14) disse: "hoje não faz mais sentido justificar a educação de jovens e adultos com base no mercado de trabalho ou na procura de emprego, ou não temos outra saída."

A responsabilidade por essa formação não pode ser exclusiva das instituições de ensino, é de todos, inclusive do Estado, que tem papel fundamental na formulação de políticas públicas voltadas para o atendimento das necessidades e finalidades da educação de jovens e adultos. Política pública é entendida como "a implementação de programas de governo pelo Estado por meio de programas e ações dirigidas a setores específicos da sociedade" (HOFLING, 2001).

No parágrafo citado, enfatiza-se a necessidade de clarificar conceitos relacionados ao mercado de trabalho, espaços limitados e exclusivos, bem como ao mundo do trabalho, buscando promover ações cívicas, autonomia e participação efetiva na geração de empregos. Reconhece-se que o trabalho desempenha um papel fundamental na vida dos alunos da EJA, porém, ressalta-se que a escola não deve se limitar a preparar os estudantes exclusivamente para o mercado de trabalho, a fim de evitar a alienação dos trabalhadores.

Nesse sentido, cita-se a afirmação de Silva (2004) que destaca a necessidade de não justificar mais a educação de jovens e adultos com base unicamente no mercado de trabalho ou

na busca por emprego. Reconhece-se que a educação deve ter propósitos e objetivos mais amplos, visando ao desenvolvimento integral dos indivíduos e não apenas à sua inserção no mercado de trabalho.

Além disso, destaca-se a importância da responsabilidade compartilhada na formação dos alunos da EJA, incluindo não apenas as instituições de ensino, mas também o Estado. Ressalta-se que o Estado tem um papel fundamental na formulação de políticas públicas direcionadas para atender às necessidades e finalidades da educação de jovens e adultos. As políticas públicas são entendidas como programas e ações implementados pelo Estado para atender a setores específicos da sociedade (HOFLING, 2001).

Dessa forma, o parágrafo apresenta reflexões sobre a relação entre educação, trabalho, formação integral dos alunos da EJA e a responsabilidade do Estado na promoção de políticas públicas voltadas para essa modalidade educacional.

Para desenvolver políticas de formação de jovens e adultos para essa educação global permanente, é preciso reconhecer que as pessoas constroem a sua própria formação, que além das escolas, muitas outras instituições e espaços também são formadores de pessoas, e desenvolver ações baseadas nas reais necessidades do plano de segmentos sociais (DI PIERRO, 2001 p.71).

Reconhecer as diferenças é uma forma de enriquecer as oportunidades, aprender com a experiência do outro, construir saberes na formação dos alunos e fazer da educação a base para a formação igualitária e justa de todos os indivíduos, desde que obedeça ao disposto na Lei Brasileira de Educação. Mas, por outro lado, também buscamos o desenvolvimento holístico de todas as pessoas.

Como já mencionado, segundo Paulo Freire (1996), partimos do pressuposto de que a educação não é neutra. Portanto, diante da impossibilidade da neutralidade educacional, para o autor o educador deve tecer em si um saber especial, um saber próprio, que sempre sustentará sua luta e entenderá que “se a educação não resolve Se a educação não é a chave para mudança social, não é apenas uma réplica das ideologias dominantes” (FREIRE, 1996, p.112). A filosofia de Freire sugere que, diante desse desafio, os professores devem entender seu papel social porque:

Se eu não me tornar cada vez mais consciente, não posso ser professor porque não posso ser neutro e minha prática docente exige que eu dê uma definição. posição tomada. Decidir. descansar. [...] Em todo caso, não posso ser professor

de ninguém. [...] Sou um professor que defende o ensino contra a vergonha, a liberdade contra a ditadura, a autoridade contra a libertinagem, a democracia contra as ditaduras de direita ou de esquerda. Como professor, sou a favor de uma luta permanente contra qualquer forma de discriminação, dominação econômica por indivíduos ou classes da sociedade. [...] Sou um professor contra a ordem capitalista vigente, que inventou esta anomalia: quantidades maciças de miséria. Sou um professor a favor da esperança esperançosa aconteça o que acontecer (FREIRE, 2000, p.102-103).

A EJA, como modelo que atende prioritariamente alunos das camadas mais pobres da população, cuja trajetória educacional é marcada por desigualdades sociais e educacionais, também funciona para atender necessidades intergeracionais dentro de um mesmo espaço escolar: por motivos diversos, não concluem os estudos, enquanto os jovens são excluídos do processo escolar devido ao seu insucesso escolar.

A EJA também é concebida como um espaço de tensão e aprendizado em diferentes contextos de vida, ajudando a formar jovens e adultos como sujeitos históricos. Hoje, dentro desses espaços, pode-se observar uma heterogeneidade de sujeitos, que são homens e mulheres, jovens e adultos, negros, pardos e brancos, empregados e/ou desempregados e deficientes.

A escolarização é uma possibilidade de melhorar sua situação socioeconômica e cultural. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é concebida não apenas como um processo de ensino e aprendizagem, mas também como um espaço de tensão e aprendizado em diferentes contextos de vida. Nesse sentido, a EJA desempenha um papel fundamental na formação dos sujeitos como agentes históricos e na promoção de sua emancipação. Atualmente, nos espaços da EJA, é possível observar uma diversidade de sujeitos, que engloba homens e mulheres, jovens e adultos, pessoas de diferentes etnias (negros, pardos e brancos), pessoas empregadas e/ou desempregadas, assim como indivíduos com deficiência.

A escolarização proporcionada pela EJA oferece uma possibilidade concreta de melhoria na situação socioeconômica e cultural desses sujeitos. Através do acesso à educação básica e ao ensino diferenciado, os estudantes da EJA podem adquirir conhecimentos, habilidades e competências que os capacitam a enfrentar os desafios do mundo contemporâneo. Através do desenvolvimento de suas capacidades intelectuais, sociais e emocionais, esses indivíduos têm a oportunidade de buscar melhores oportunidades de emprego, alcançar maior autonomia e ampliar suas perspectivas de vida.

Além disso, a EJA desempenha um papel importante na valorização das identidades e na promoção da equidade. Ao reconhecer a diversidade de experiências e trajetórias de vida dos estudantes, a EJA proporciona um ambiente inclusivo e respeitoso, no qual cada sujeito é

valorizado em sua singularidade. Essa abordagem contribui para o fortalecimento da igualdade de gênero, do respeito às diferenças étnico-raciais e da promoção da inclusão de pessoas com deficiência. Dessa forma, a EJA se configura como um espaço de transformação social e de construção coletiva do conhecimento, no qual os sujeitos da educação são protagonistas de suas histórias. Através da escolarização e da valorização das identidades, a EJA contribui para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva.

2.1-Histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil e Contribuições dos Principais Autores

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil possui um histórico multifacetado, marcado por avanços, desafios e contribuições significativas de diversos autores ao longo das décadas. Compreender essa trajetória é essencial para uma análise aprofundada e embasada da temática. Neste contexto, destacam-se alguns dos principais autores que têm dedicado seus estudos e reflexões à EJA, fornecendo subsídios teóricos e práticos para a compreensão e o desenvolvimento dessa área educacional.

No período de 1930 a 1940, Lourenço Filho despontou como um dos pioneiros da EJA no Brasil. Em suas obras, ele ressaltou a importância da educação de adultos, especialmente nas áreas urbanas e industriais. Seus estudos e propostas iniciais contribuíram para despertar o interesse e a necessidade de uma educação voltada para esse público específico.

Na década de 1960, Paulo Freire emergiu como um dos autores mais influentes na área da EJA. Sua obra-prima, "Pedagogia do Oprimido" (1968), revolucionou o campo educacional ao apresentar uma abordagem crítica e transformadora da educação, destacando a importância da conscientização e da emancipação dos sujeitos. Freire enfatizou a relação entre educação e poder, desenvolvendo métodos participativos e dialógicos que permitiram a alfabetização e a formação cidadã de jovens e adultos marginalizados.

Na década de 1980, Moacir Gadotti despontou como um autor de destaque na área da EJA, enfatizando a importância da educação popular e da pedagogia freiriana. Suas obras, como "Perspectivas Atuais da Educação" (1980), trouxeram reflexões sobre a necessidade de práticas pedagógicas críticas e transformadoras na EJA, reforçando a ideia de que a educação deve estar em sintonia com as demandas e realidades dos educandos adultos.

Outro autor relevante nesse período é Lauro de Oliveira Lima, cujo livro "Políticas da Educação Popular" (1981) abordou as políticas públicas direcionadas à EJA. Suas reflexões lançaram luz sobre a relação entre Estado e Educação de Jovens e Adultos, explorando as dinâmicas governamentais e as ações necessárias para promover uma educação de qualidade para esse público.

Em um contexto mais contemporâneo, outros autores têm contribuído significativamente para a compreensão e o desenvolvimento da EJA no Brasil. Destacam-se os estudos de Vera Maria Candau, que enfatizam a importância da educação inclusiva e da valorização das experiências de vida dos educandos adultos, e as reflexões de Selma Garrido Pimenta, que abordam a formação de professores para atuarem na EJA e a necessidade de práticas pedagógicas contextualizadas e significativas.

O artigo "Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos", escrito por Vera Maria Candau e publicado na Revista Brasileira de Educação, apresenta uma reflexão sobre a relação entre educação escolar e culturas, explorando a necessidade de construir caminhos que promovam uma educação mais plural e inclusiva. No texto, Candau (2013) argumenta que a escola deve reconhecer e valorizar a diversidade cultural presente na sociedade, buscando superar visões homogeneizadoras e eurocêntricas de educação. Ela defende a ideia de que a educação deve ser pautada pela interculturalidade, promovendo o diálogo e o respeito entre diferentes culturas e conhecimentos.

Candau (2013) também ressalta a importância de incluir as experiências de vida dos educandos adultos no processo educativo, reconhecendo que eles possuem saberes e vivências que podem contribuir significativamente para a aprendizagem. Nesse sentido, a autora propõe uma educação que esteja aberta ao diálogo intercultural, valorizando as múltiplas formas de conhecimento e incentivando a participação ativa dos educandos na construção do conhecimento.

O artigo de Candau (2013) fornece subsídios teóricos e reflexões importantes para repensar o papel da escola e da educação na construção de uma sociedade mais inclusiva e plural, destacando a importância de uma abordagem intercultural que valorize as diversas culturas presentes na comunidade educativa.

Nesse sentido, os principais autores citados proporcionam uma ampla gama de perspectivas e abordagens teóricas que contribuem para uma compreensão mais

3 CONCLUSÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino fundamental e médio que oferece oportunidades de aprendizagem continuada a muitos que não conseguiram adquirir conhecimentos científicos em seus pares. Trata-se, portanto, de um modelo de ensino pensado para garantir o direito subjetivo à educação daqueles que não frequentam a escola ou não têm oportunidade de frequentá-la em idade adequada.

A implementação das recomendações de ensino cabe à escola. Aulas reais são construídas diante das contingências do dia a dia.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino fundamental e médio que desempenha um papel crucial na garantia do direito à educação para aqueles que não tiveram acesso ou oportunidade de adquirir conhecimentos científicos em suas faixas etárias correspondentes. Ela é projetada para oferecer aprendizagem contínua e adaptada às necessidades e realidades dos estudantes adultos.

Diferentemente do ensino regular, a EJA busca atender às demandas específicas de uma população diversificada, composta por pessoas que não frequentaram a escola ou que abandonaram seus estudos precocemente. Essa modalidade reconhece que cada indivíduo tem trajetórias de vida e experiências distintas, e, portanto, busca construir aulas reais e significativas que se adaptam às contingências do cotidiano.

A responsabilidade pela implementação das recomendações educacionais na EJA recai sobre as instituições de ensino. Elas são responsáveis por criar um ambiente educativo acolhedor, oferecer currículos flexíveis e métodos de ensino diferenciados, capazes de engajar e promover o aprendizado dos estudantes adultos. As aulas na EJA são construídas considerando-se os desafios e as necessidades específicas de cada grupo de alunos, valorizando suas experiências prévias e buscando estabelecer uma conexão entre o conhecimento escolar e suas realidades cotidianas.

Dessa forma, a EJA se mostra como um importante mecanismo de inclusão social e educacional, permitindo que jovens e adultos tenham a oportunidade de adquirir os conhecimentos necessários para o desenvolvimento pessoal, profissional e cidadão, mesmo em idades mais avançadas. Portanto, a experiência pessoal e os conhecimentos prévios trazidos pelos alunos devem ser levados em consideração e não podem ser ignorados, mas deve ser estabelecido um referencial para cada professor definir a forma de trabalhar e a relação com a

sala de aula e servir de base pedagógica para mediando a instrução em sala de aula. Aprenda a construir. Por ser um direito de todos, a educação básica deve atender também jovens e adultos, sem perder qualidade nem quantidade.

Concluindo, a EJA deve ser a porta de entrada da educação para o público. Para que isso aconteça, é preciso ter em conta as diferenças e necessidades de formação destes alunos, não mais ao serviço de poucos ou estreitos interesses da economia, mas promovendo a formação global dos alunos, mesmo que a sua principal motivação seja a procura de melhores condições de competição por vagas no mercado de trabalho, é preciso ter claro que hoje o papel da escola vai além e que a responsabilidade por essa formação é de cada um, principalmente do Estado, na promoção de políticas públicas que viabilizem o alcance de as metas propostas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996.

CANDAU, V. M. Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 53, p. 211-227, jan./mar. 2013.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação básica como direito**. Programa de Pós-graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Cricurv.bh@terra.com.br

DI PIERRO, Maria Clara. JOIA, Orlando. RIBEIRO, Vera Masagão. Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. **Cadernos Cedes**, ano XXI, nº 55, novembro/2001.

DA SILVA GONCALVES, Maria Célia. O uso da metodologia qualitativa na construção do conhecimento científico. **Ciênc. cogn.**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 199-203, mar. 2007. Disponível em . Acessos em 05 jun. 2023.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 42. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

HOFLING, Eloísa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, nº 55, novembro/2001.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Jovens e Adultos Como Sujeitos de Conhecimento e Aprendizagem**. Trabalho encomendado pelo GT “Educação de pessoas jovens e adultas” e apresentado na 22ª Reunião Anual da ANPEd-26 a 30 de setembro de 1999, Caxambu.

RAMINHO, Edney Gomes; SÍVERES, Luiz. A educação pelo ensino e aprendizado da leitura à luz da complexidade e da transdisciplinaridade. **ALTUS CIÊNCIA**, v. 17, n. 17, p. [05-22], jan-jul. 2023. ISSN 2318-4817. DOI: 10.5281/zenodo.7883969

RAMINHO, E. G.; GONÇALVES, M. C. da S.; FURTADO, A. C. Contribuições da formação para os saberes do professor do século XXI: Um projeto a ser discutido. **Educação e Fronteiras**, Dourados, v. 12, n. esp.1, p. e023014, 2022. DOI: 10.30612/eduf.v12in.esp.1.17109. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/17109>. Acesso em: 27 jun. 2023.

SANTOS, Ana Rachel Pires Cantarelli; GONÇALVES, Maria Célia da Silva; Profissão Docente: múltiplas facetas e desafios na mobilização e valorização dos saberes. **ALTUS CIÊNCIA**, v. 17, n. 17, p. 423-438, 4 maio 2023. Disponível em: < <http://revistas.fcjp.edu.br/ojs/index.php/altuscienca/article/view/135> >. Acesso em: 26 de jun.2023.

SILVA, Ivonete Maria da. **As Determinações do Trabalho na Educação de Jovens e Adultos**. Texto apresentado como parte da dissertação de mestrado em Educação pela FE/UFG, com o título “Ou trabalha e come ou fica com fome e estuda: o trabalho e a não-permanência de adolescentes, jovens e adultos na escola em Goiânia”. 2004.